



PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO

PLANO ESTRATÉGICO

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE
PERNAMBUCO

2021

2026



PLANO ESTRATÉGICO

Tribunal de Justiça de Pernambuco
2021 - 2026

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

1º VICE PRESIDENTE

Des. Eurico de Barros Correia Filho

2º VICE PRESIDENTE

Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo



PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL PLENO

Jones Figueirêdo Alves
José Fernandes de Lemos
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
Jovaldo Nunes Gomes
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Leopoldo de Arruda Raposo
Marco Antônio Cabral Maggi
Adalberto de Oliveira Melo
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Alberto Nogueira Virgínio
Antônio Fernando Araújo Martins
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Antônio de Melo e Lima
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Antenor Cardoso Soares Júnior
José Carlos Patriota Malta
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Eurico de Barros Correia Filho
Mauro Alencar de Barros
Fausto de Castro Campos
Francisco Manoel Tenório dos Santos
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Antônio Carlos Alves da Silva

Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
José Ivo de Paula Guimarães
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho
Itabira de Brito Filho
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Roberto da Silva Maia
Jorge Américo Pereira de Lira
Erik de Sousa Dantas Simões
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
André Oliveira da Silva Guimarães
Itamar Pereira da Silva Júnior
Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Eudes dos Prazeres França
Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Márcio Fernando de Aguiar Silva
Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
José Viana Ulisses Filho
Sílvio Neves Baptista Filho
Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Évio Marques da Silva
Honório Gomes do Rego Filho
Ruy Trezena Patu Junior

COMISSÃO GESTORA DO PLANEJAMENTO

GESTOR DAS METAS NACIONAIS
Des. Mauro Alencar De Barros;

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula;

ASSESSOR ESPECIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Juiz Gleydson Gleber Bento A De Lima Pinheiro;

COORDENAÇÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E DE DADOS
Juíza Catarina Vila-Nova Alves De Lima;

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
Livia Leite Mota;

CHEFE DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Alessandra Barbara Santos De Almeida;

ASSESSOR DE GOVERNANÇA DE TI
Justiniano Frederico Saraiva Vasconcelos;

ASSESSORA ADJUNTA DE COMUNICAÇÃO
Rebeka De Queiroga Maciel;

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS
Joao Guilherme De Melo Peixoto.

JOSÉ FAUSTINO MACEDO DE SOUZA FERREIRA
Juiz - IDEIAS;

MAURÍCIO BRAINER JÚNIOR
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica;

MARIA IZABELE NORONHA CABRAL
Escritório de Projetos;

RODOLFO HONORATO KLOSTERMANN ANTUNES
Auditoria de Inspeção;

ANGELA ALVES DE ARAÚJO BARROS
Núcleo de Estatística;

KLEBER PINTO BIONDI VIEIRA
Escritório de Projetos;

SIDARTA MANOEL FERNANDES FERREIRA
Comitê Gestor de Metas;

VIVIANE FREIRE FLORENTINO
Escritório de Projetos.

COLABORADORES

Sociedade

Garantir os Direitos Fundamentais

Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade

Processos Internos

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais

Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos

Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios

Promover a Sustentabilidade

Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e e proteção de dados



APRESENTAÇÃO



Buscando definir diretrizes nacionais para os órgãos do Poder Judiciário durante o próximo sexênio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu, por meio da Resolução 325, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, contemplando a Missão, Visão, Atributos de Valor, Macrodesafios e respectivos indicadores de desempenho, assim como também foram especificadas as diretrizes para todos os tribunais do Poder Judiciário realizarem seus próprios planos estratégicos

O Judiciário nacional vem atravessando uma enorme transformação estrutural devido à rápida disseminação das plataformas digitais, algo que se tornou ainda mais evidente com a Pandemia da Covid-19. Todas essas mudanças de perspectivas vêm provocando inúmeros desafios e exigindo um comportamento disruptivo nas rotinas de trabalho, o que nos força a buscar uma reestruturação organizacional.

Um exemplo dessa reestruturação é a Criação de Núcleos de Justiça 4.0, a centralização das secretarias das varas que utilizam o PJe, o uso da Inteligência artificial como auxiliar dos trâmites processuais. Outro ponto fundamental é a priorização da Gestão de riscos de segurança da informação, que demanda maiores investimentos. Pois, ao não existir mais redundância em papel, tal medida é necessária para garantir a integridade da informação no meio digital.

Com esse enfoque, o Planejamento do Judiciário Pernambucano - PJPE para o período de 2021 a 2026, apresentado por este documento, contempla um conjunto de Objetivos estratégicos, Indicadores e Iniciativas em alinhamento às diretrizes estratégicas e Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessidades institucionais atuais e futuras, além da constante missão de difundir e auxiliar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Norteador dos projetos selecionados pela instituição tem-se o entendimento de que a eficácia e a eficiência devem apoiar-se em ações e decisões agregadoras. Elas devem guiar uma organização na sua missão sempre associando a elementos que visam o futuro, a relação entre atividades fim e meio e a conexão com os objetivos e metas a atingir, para que a sociedade possa perceber os resultados alcançados.

ELABORAÇÃO

A construção do Plano Estratégico do Poder Judiciário Estadual de Pernambuco para o período de 2021 a 2026, foi realizada em fases, envolvendo magistrados e servidores da área fim e área meio, além de membros da sociedade civil, que este ano contribuiu com iniciativas para ajudar a superar os principais desafios do judiciário estadual.

Foram critérios para construção do plano: o alinhamento à estratégia nacional do poder judiciário, num horizonte de seis anos, 2021 A 2026; O conteúdo temático dos Macrodesafios, indicadores de desempenho e das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 do CNJ; As Metas Nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

ETAPAS DE CRIAÇÃO:

Março 2020 - Encontros regionais: A iniciativa, que teve início em março de forma presencial e terminou em outubro de forma virtual, reuniu magistrados e servidores para discutir e aperfeiçoar a prestação jurisdicional e a comunicação interna do judiciário pernambucano. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho, sob a coordenação de juízes assessores da presidência e da corregedoria geral do TJPE, para debaterem sobre as principais dificuldades encontradas nas unidades judiciárias, além de apresentarem sugestões para solucionar os problemas levantados.

Dezembro 2020 - CRIEJAM: Foi um evento voltado ao desenvolvimento de soluções inovadoras, criativas e focadas nos desafios do século xxi. Tomando como base o improviso, a criatividade e a co-criação, a CRIEJAM buscou estabelecer um diálogo com o ecossistema da inovação a partir de desafios concretos e de forte impacto tecnológico e social. As soluções desenvolvidas pelos participantes foram focadas em quatro macro-temáticas, a saber: a) justiça digital; b) justiça especializada; c) comunicação; d) gestão inovadora. Foram aproximadamente 60 (sessenta) participantes, incluindo membros da sociedade civil.

Mai 2021 - Consulta Pública: Foi disponibilizado para o público interno e externo do TJPE com o objetivo de levantar iniciativas para o planejamento estratégico que estivessem alinhadas aos Macrodesafios do judiciário nacional. Foram mais de 100 (cem) contribuições. Advogados, membros do ministério público, procuradores foram alguns dos participantes externos.

Mai 2021 - Oficinas setoriais: Foram 6 encontros virtuais promovidos pela coordenação de planejamento estratégico (Coplan) de aproximadamente 4 horas de duração. Cada oficina teve como tema um Macrodesafio elencado pela Resolução nº 325 do CNJ. Participaram gestores e servidores de unidades estratégicas do TJPE que puderam contribuir com propostas de iniciativas para melhoria dos indicadores relacionados a cada objetivo estratégico. A metodologia utilizada foi de problematização e construção coletiva de soluções.

Junho 2021 - Oficinas temáticas: Durante os dias 08 e 09 de junho, a partir de uma parceira realizada entre a coordenação de planejamento (Coplan) e o instituto de desenvolvimento de inovações aplicadas ao tribunal de justiça de Pernambuco (IDEIAS TJPE), foi realizada, em formato remoto, a oficina “planejamento estratégico 2021-2026”. Com o objetivo de desenvolver soluções voltadas aos Macrodesafios agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal, utilizou-se, entre as abordagens teórico-metodológicas selecionadas, o pensamento de design (*design thinking*), métodos ágeis de gestão de processos e projetos, como também prototipação.

Para cada iniciativa formulada nas oficinas foi escolhido um gestor, que deverá acompanhar e fomentar o desenvolvimento dos projetos que dela se originarão.

Após essas etapas, as iniciativas mais relevantes foram consolidadas pelo Comitê gestor e apresentadas a alta gestão do TJPE, ficando definidas 36 (Trinta e Seis) iniciativas alinhadas aos indicadores e objetivos estratégicos, consolidando o planejamento.

Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais**Descrição:**

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	0,537						

Iniciativas:**Nome: Justiça Aqui**

Gestor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo (Corregedoria Geral de Justiça)

Descrição: Facilitar a prestação de serviço jurídico para a população que não tem acesso à informação de forma clara, objetiva e sintética. Instalação de *totens* de autoatendimento localizados nos fóruns, salas passivas e através de parcerias público-privadas em locais estratégicos, de grande circulação de pessoas, para atender principalmente a população menos favorecida.

Objetivo: Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade**Descrição:**

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	S/M						
Índice de Transparência	61,67%						

Iniciativas:**Nome: Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário**

Gestor: Rebeka Maciel (Assessoria de Comunicação Social)

Descrição: O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), elaborará projeto de aplicação da pesquisa envolvendo as fases de: a) planejamento amostral; b) instrumentos de coleta; e c) estratégias de aplicação do formulário (on-line, presencial etc.).

Objetivo: Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**Descrição:**

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta 1	102,08%						
Meta 2	97,15%						
TXC das Execuções Fiscais	50,50 %						
TXL, exceto Execuções Fiscais							
IAD	200,10%						
Tempo de Tramit. dos Processos Pendentes, considerando fases.							

Iniciativas:**Nome: Rede Social Corporativa**

Gestor: Catarina Vila-Nova Alves de Lima (Conselho de Governança Institucional)

Descrição: Ambiente centralizado para publicação, disseminação, discussão e colaboração para padronização fluxo de trabalho, consolidação de normativos, incubação de boas práticas.

Nome: Gestão e Padronização de Fluxos Processuais

Gestor: Tatiana Lapa Carneiro Leão (Subcomitê de automação e revisão de Fluxo)

Descrição: Varas especializadas com rotinas processuais e administrativas semelhantes, guiadas pela automatização do PJe e parametrizada por procedimentos previamente definidos.

Nome: Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto

Gestor: Fernanda Pessoa Chuahy de Paula (Assessoria Especial da Presidência)

Descrição: Avaliar e readequar a estrutura das atuais Diretorias de 1º Grau e realizar estudos de viabilidade da expansão das Diretorias para novos seguimentos da justiça.

Nome: Painel de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial

Gestor: Catarina Vila-Nova Alves de Lima (Conselho de Governança Institucional)

Descrição: Ferramenta de apoio ao magistrado para confecção de atos judiciais, contemplando identificação de precedentes dos Tribunais superiores, Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do próprio magistrado e de outros de mesma competência. Agrupamento de decisões do julgador de modo a definir o padrão de julgamento ao longo do tempo, estabelecendo o percentual estatístico para concessão e denegação de determinado provimento judicial de acordo com a classe e o assunto demandado, sugestão de minutas para despachos, decisões e sentenças. Correção de classes e assuntos cadastrados equivocadamente. Pesquisa de petições utilizando linguagem natural nas hipóteses em que não for suficiente a pesquisa de processos por classe e assunto.

Objetivo: Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais**Descrição:**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Prescrição	S/M						
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	S/M						
Tempo de Tramitação PAD	S/M						

Iniciativas:

Nome: Linha de Montagem especializada para processos de Improbidade e Combate à Corrupção:

Gestor: Rafael de Moraes

Descrição: Instituir Unidade de Inteligência com estrutura diferenciada da força de trabalho atuando em etapas específicas do processo, equipe técnica com Contadores, especialistas em Direito Financeiro, podendo ser adotada em unidade como Núcleo de Justiça 4.0.

Nome: Programa de Educação continuada de Servidores e Magistrados em Improbidade Administrativa:

Gestor: Breno Duarte

Descrição: Desenvolver programa de vivência em Improbidade administrativa, promovendo periodicamente e de forma continuada oficinas, workshops, cursos e rodas de boas práticas voltadas à temática.

Nome: Automação do Fluxo processual dos processos de Improbidade.

Gestor: Nahiane Ramalho

Descrição: Definir e automatizar fluxo processual das varas, com as etapas do processo de improbidade (checklists) e trazendo jurisprudências. Vistas à maior celeridade ao fluxo, vislumbrando também, junto ao MP, maior objetividade nas petições de improbidade e combate à corrupção.

Objetivo: Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos**Descrição:**

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Conciliação	14,04%						
Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs	78,01%						
Índice de Casos Remetidos para a Câmara de Conciliação/Mediação	S/M						
Índice de Realização de Audiências do Artigo 334 do CPC	S/M						

Iniciativas:**Nome: Plataforma ODR - *Online Dispute Resolution*:**

Gestor: Ana Luiza Câmara (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Descrição: Implantar a Plataforma da FGV (SIREC - Sistema Informatizado para resolução de conflitos por meio da Conciliação e Mediação). Res. 335/358 CNJ

Nome: Programa Saber Conciliar:

Gestor: Tarciana Maria Chalegre (Nupemec)

Descrição: Promover Campanha de Conscientização, sensibilização e capacitação nos temas de Conciliação.

Objetivo: Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios**Descrição:**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	S/M						
TM entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	S/M						
TM entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IAC.	S/M						

Iniciativas:**Nome: Promover uso de IA no mapeamento do acervo classificável em IRDR e IAC**

Gestor: Raquel Barofaldi Bueno (CIJUSPE)

Descrição: Desenvolvimento de ferramenta de IA para mapeamento dos processos classificáveis nos IRDR e IAC (Julgar os que já tem acordo e estão sobrestados com identificação; Definir fluxo/rotina ideal para a suspensão e gestão dos suspensos com IAC E IRDR; Utilizar IA para encontrar e agilizar julgamento sobre os assuntos já conhecidos; Utilizar IA para buscar e classificar processos com assuntos ainda não classificados)

Nome: Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR:

Gestor: Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

Descrição: Definir e efetivar fluxo dos processos de IRDR e IAC no segundo grau, priorizando os que impactem maior número de processos.

Objetivo: Promover a Sustentabilidade**Descrição:**

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Desempenho de Sustentabilidade	S/M						

Iniciativas:**Nome: Programa de Promoção da Sustentabilidade**

Gestor: Ayrton da Rocha Lapa Filho (Comissão de Sustentabilidade)

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incluindo as seguintes áreas de atuação em Projetos: **Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação para o tema da Sustentabilidade, Plano de Comunicação, Ações de Sensibilização, Inclusão social.**

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal**Descrição:**

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Encarceramento	326,03						
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	S/M						
Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	S/M						
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios	S/M						

Iniciativas:**Nome: Diretoria Estadual da Execução Penal:**

Gestor: Roberto Costa Bivar

Descrição: Tem como objetivo uniformizar os procedimentos, atividade cartorárias, equilibrar a força de trabalho, recebimento e distribuição das guias de recolhimento para autuação ou juntada, contemplar grupo especialista para dar suporte ao BNMP.

Nome: CACRI – Central de Audiências Criminais:

Gestor: Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

Descrição: Audiências Criminais Remotas centralizadas, atendendo a diversas comarcas por meio de Salas passivas.

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

Descrição:

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”	59,78%						

Iniciativas:

Nome: Programa de Governança Corporativa:

Gestor: Catarina Vila-Nova Alves de Lima (Conselho de Governança Institucional)

Descrição: Estruturar a área, os processos e as atribuições para que haja uma eficiente e continuada governança institucional, promovendo Direção e controle, Gestão de portfólio – com a priorização das iniciativas estratégicas, Indicadores - Análise e avaliação continuada, prêmio CNJ de qualidade e saneamento do DATAJUD.

Nome: Projeto de reestruturação organizacional:

Gestor: Márcia de Carvalho (Diretoria Geral)

Descrição: Promover o redesenho da atual estrutura organizacional do TJPE estabelecida pela resolução nº 302 de 2010 com o objetivo de torná-la mais funcional, horizontal e eficiente.

Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas
Descrição:

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Absenteísmo-doença	0,91%						
Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	6,20%						
Índice de Capacitação de Magistrados	23,44%						
Índice de Capacitação de Servidores	66,04%						

Iniciativas:

Nome: Programa de mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos:

Gestor: Dr. Marcos Antônio Araújo Almeida (Junta Médica).

Descrição: Realizar o mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos e encaminhamento à Diretoria de saúde para desenvolver ações de promoção e prevenção.

Nome: Rede de enfrentamento ao Assédio Moral:

Gestor: Maria das Graças Gonçalves de A. Almeida (SGP)

Descrição: Fortalecer a campanha de enfrentamento ao Assédio, com ampla divulgação de temas relacionados, além de formalização e divulgação de canal

seguro e oficial para denúncia de Assédio moral, perseguição, ingerência... Promover o fortalecimento/empoderamento do servidor para combate ao assédio moral através de Cartilhas, Interação com gestores.

Nome: Gestão por Competência:

Gestor: João Carlos Gonçalves Cavalcanti (Diretoria Desenvolvimento Humano)

Descrição: Priorizar a implantação do projeto de Gestão de Competências.

Nome: Desenvolvimento Digital dos Servidores:

Gestor: Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

Descrição: Promover a oferta de cursos e capacitar servidores específicos, além de criar Rede de disseminação de conhecimentos, atuando como multiplicadores, auxiliando os colegas na introdução às plataformas digitais.

Nome: Programa de Capacitação em Gestão para Magistrados;

Gestor: Silvio Romero Beltrão (Escola Judicial)

Descrição: Criação de uma Trilha de capacitação com cursos voltados à formação dos magistrados como gestores de suas unidades, preparando-os para atuarem, de fato, como gestores, em todos os aspectos.

Nome: Fortalecimento do Instituto Plenitude:

Gestor: Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas).

Descrição: Redefinir e reestruturar o Instituto Plenitude (PORTARIA 05 / 2019 - Cria o Instituto Plenitude) como um propulsor da qualidade de vida dentro do Tribunal de Justiça do TJPE, atuando de forma integrada entre a SGP (Diretoria de Saúde, Junta Médica, Gerencia de bem estar) e a ESMAPE. A ideia é somar esforços contando com a expertise dos setores, criando soluções mais assertivas e com maior impacto e divulgação ampla.

Nome: Regulamentação nas Modalidades do Trabalho no TJPE:

Gestor: Luis Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas).

Descrição: Readequar as métricas de produtividade para os trabalhos desenvolvidos de forma presencial e na modalidade de teletrabalho com critérios objetivos, bem com revisar a regulamentação do teletrabalho na instituição e ampliar para as atividades das áreas fim e meio do Tribunal.

Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira**Descrição:**

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	88,29%						
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	64,85%						
Índice de Execução para Projetos	27,96%						

Iniciativas:**Nome: Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Administrativos:**

Gestor: Frederico Alberto Leite Schondorfer (ASSEF)

Descrição: Definição, redefinição e documentação dos fluxos dos processos inerentes ao orçamento (Fluxos, Sistemas, Pessoas, Autorizações).

Nome: Ferramenta de apoio à tomada de decisão:

Gestor: Márcia de Carvalho (Diretoria Geral)

Descrição: Instituir no Tribunal ferramenta para tomada de decisão (Sistema de gestão, com possibilidade de criação de centro de custos para análise mais detalhada e maior assertividade na tomada de decisão).

Nome: Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos:

Gestor: Marcel da Silva Lima (Diretoria Geral).

Descrição: Desenvolvimento de Trilhas de capacitação específicas para os colaboradores que trabalham com orçamento, nas diversas áreas do TJ; Trilha de capacitação para os Gestores de contratos.

Objetivo: Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados**Descrição:**

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IGovTIC-JUD	S/M						
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total	66,47%						

Iniciativas:**Nome: Gestão de Portfolio de Projetos:**

Gestor: Justiniano Frederico Saraiva Vasconcelos (Asses. de Governança de TIC)

Descrição: Através dos Comitês, estar desenvolvendo a governança de tecnologia da informação por meio da coordenação e aplicação de diretrizes estratégicas para a liderança, estrutura organizacional e processos de TI que garantam os objetivos institucionais deste Poder Judiciário, trabalhar na definição de fluxos, na gestão e priorização de demandas e Inclusão de unidade de negócio.

Nome: Adequação da carreira do profissional de TI no TJPE:

Gestor: Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)

Descrição: Promover a valorização do pessoal de TIC através da criação de carreira adequada para a categoria, visando a retenção destes servidores no quadro de pessoal do TJPE.

Nome: Atualização e automatização do PJe:**Gestor:** Iona Leite Mota (Coordenadoria do PJe)**Descrição:** Aprimorar os fluxos do PJe, em sua completude, resultando na padronização e automatização das rotinas, integração aos sistemas de órgãos externos, proporcionando rapidez aos atos processuais, beneficiando os operadores do Direito, além de garantir economia.**Nome: Plano de Transformação Digital (PTD – TJPE):****Gestor:** Silvio Neves Baptista Filho (Presidente Comitê de Governança de TIC)**Descrição:** Tem como objetivo promover a transformação digital, do Poder Judiciário, através de iniciativas que por meio da Tecnologia da Informação transformem de forma direta processos, procedimentos e análises apresentando ganhos de produtividade e economia, fazendo com que o órgão ofereça melhores serviços à sociedade. O Plano é previsto pela Resolução nº 370, de 08 de janeiro de 2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).**Nome: Aprimorar a segurança da informação e a Gestão de Dados:****Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação).**Descrição:** Efetivar o protocolo de prevenção de incidentes cibernéticos do Poder Judiciário, instituído na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ENSEC-PJ) através da Resolução CNJ nº 396/2021. Contempla a melhoria da infraestrutura de segurança relacionando-se à proteção de aplicações, aumento da disponibilidade, monitoramento e plano de continuidade de TIC.**Nome: Suporte tecnológico à implantação da LGPD:****Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação)**Descrição:** Viabilizar a implantação da LGPD no Tribunal referente aos meios tecnológicos, adaptação de aplicações e infraestrutura necessária para seu funcionamento.**Nome: Adoção de Arquitetura e Plataforma de Serviços em Nuvem****Gestor:** Raphael José D'Castro (SETIC)**Descrição:** Promover a utilização de serviços em nuvem que simplifiquem a estrutura física, proporcionem ambiente colaborativo, viabilizem a integração, promovendo a escalabilidade, elasticidade, melhor gerenciamento dos recursos computacionais para atender a dinâmica de demandas na utilização dos sistemas, aumentando os níveis de segurança da informação e proteção de dados.**Nome: Modernização dos serviços de TIC****Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)**Descrição:** Investir na transição dos sistemas legados para plataformas mais atualizadas, com arquiteturas mais modernas, que viabilizem otimização de tempo, equipe de suporte, continuidade dos serviços, desempenho, aderência às melhores práticas de acessibilidade e experiência do usuário. Assim como em melhorias dos recursos de infraestrutura tecnológica que suportem esses serviços.